

## 1. Valorização do Montado e o Sequestro de Carbono

### Ao XXIII Congresso Nacional da Juventude Socialista,

2. Segundo o IFN6, o montado (sobreiro e azinheira) ocupa a maior área de Floresta em Portugal cobrindo mais de um milhão de hectares cerca de 1/3 da floresta nacional. Em alguns concelhos do país, em particular no Alto-Alentejo, é uma das principais fontes de riqueza e emprego. Tendo também uma forte componente cultural e social, a extração de cortiça cria uma vaga de empregos sazonais que servem como rendimento adicional para os proprietários e sobretudo como um emprego com remuneração considerável devido ao elevado grau de proficiência necessário para exercer esta função, bem como os riscos associados (quedas, golpes). Ainda para mais, esta extração é feita nos meses de maior calor, frequentemente em zonas com temperaturas tipicamente muito elevadas, tornando esta atividade muito taxativa a nível físico.

O Montado pode ter um papel absolutamente decisivo também na preservação da nossa floresta.

Um Montado de Sobreiro denso e saudável pode ter um papel preponderante no sequestro de carbono e assim contribuir positivamente no combate às alterações climáticas. Devido às características físicas da sua casca, a cortiça, tem capacidade para servir como deterrente ao avanço dos fogos florestais que se posicionam como um dos grandes emissores de dióxido de carbono em Portugal. Numa pesquisa levada a cabo pelo Instituto Superior de Agronomia, estas árvores conseguem absorver cerca de 14.7 toneladas de CO<sub>2</sub> por hectare, sendo que um montado mais denso é proporcionalmente mais eficaz.

A grande capacidade de sequestro de carbono do Montado de Sobreiro aliada à criação de um sistema de créditos de carbono pode se tornar uma mais-valia para Portugal em mercados internacionais. Como por exemplo na plataforma Net Zero Marketplace, a ser lançada em 2023 pela Salesforce que tem como principal objetivo de colocar um preço nas novas emissões incentivando a redução das mesmas e criando um impacto palpável no presente.

O Crédito de Carbono conceptualizado pela primeira vez em 1997 aquando do Protocolo de Kyoto é uma noção que visa estimular a diminuição de gases de efeito de estufa através da criação de um mercado livre em que esses créditos



pudessem ser transacionados entre os vários interlocutores. Aos dias de hoje esta prática já é comum, contudo ainda não existe regulamentação em Portugal. Ao ser regulado permitiria que existissem regras e padrões fiscalizáveis assegurando assim a sua fidedignidade.

3. Propõe-se que seja efetuado um estudo sobre a viabilidade da utilização de parcelas de montado como barreira natural contra a propagação de incêndios florestais. Assim como a criação de um enquadramento legal para a transação de créditos de carbono, que por sua vez permitiria colher os lucros dessas novas áreas de montado. A nível de consciencialização propõe-se a criação de fóruns nas escolas sobre a importância do montado para Portugal, por exemplo integrado nas celebrações do Dia Internacional da Floresta.

*A Juventude Socialista,*

*Braga, 17 de dezembro de 2022*